O SISTEMA DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS DA OMC COMO ÓRGÃO DE APLICAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL AMBIENTAL: UMA ANÁLISE CONSTRUTIVISTA DAS SUAS DECISÕES

THE WTO DISPUTE SETTLEMENT SYSTEM AS A MECHANISM OF IMPLEMENTATION OF THE INTERNATIONAL ENVIRONMENTAL LAW: A CONSTRUCTIVISM APPROACH OF ITS DECISIONS

Maria de Lourdes Albertini Quaglia¹

RESUMO

A proteção das questões ambientais no contexto da OMC é tratada como regra excepcional ao princípio do livre comércio internacional. O comando contido no Tratado de Marrakesh, mas que já estava contemplada desde o GATT 1947, prevê a aplicação da regra ambiental como restritiva ao livre comércio sempre que ela for mais benéfica na garantia da proteção ao meio ambiente, à saúde humana e na defesa da espécie animal. Apesar de inúmeros tratados, cimeiras e acordos na busca de um arcabouço internacional de Direito Ambiental, ainda não se alcançou a construção de um sistema institucionalizado, ôrgânico, com capacidade de constringer os Estados a obedecer a essas regras internacionais. É a partir desta dificuldade, que este artigo busca demonstrar, numa análise construtivista do seu funcionamento, como o referido órgão decisório pode ser uma alternativa eficiente na proteção das questões ambientais.

Palavras Chaves: Direito Internacional; Direito Internacional do Comércio; Direito Internacional Ambiental; OMC; Relações Internacionais; OMC; Construtivismo.

ABSTRACT

The protection of environmental issues in the WTO context is treated as exceptional rule to the principle of free trade. The command contained in the Treaty of Marrakesh, but that was already contemplated since the GATT 1947, provides the application of the environmental rule as restrictive to the concept of free trade when it is most beneficial in ensuring the protection of the environment, human health and the protection of animal species. Despite numerous treaties, summits and agreements in pursuit of a framework of international environmental law, has not yet reached the construction of an institutionalized, organic system capable of constraining the states to comply with these international rules. It is from this difficulty, this article seeks to demonstrate, in a constructivist analysis of its operation, as this decision-making body can be effective in protecting environmental issues. **Keywords:** International Law; International Trade Law; International Environmental law; WTO; International Relations; Constructivism.

¹ Doutora e mestre em Direito Público, área de concentração em Direito Internacional pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pós-graduada em Relações Internacionais pela mesma instituição. Pós-graduada em Direito da Empresa e da Economia pela FGV do Rio de Janeiro

1 INTRODUÇÃO

Nosso propósito neste artigo é apresentar parte da nossa pesquisa de doutoramento que se iniciou no curso de pós-graduação lato sensu em relações internacionais na PUC Minas no período de 2005 a 2007 e que culminou na tese de doutorado concluída no programa de pós-graduação em direito da mesma instituição. Procura-se compreender o funcionamento do sistema de solução de controvérsias comerciais enquanto uma jurisdição com capacidade de *enforcement* (de impor suas decisões), hábil a constranger os membros-contratantes a adequarem seus procedimentos e legislações domésticas de comércio internacional às suas decisões, ao menos na maioria dos casos. O recorte da pesquisa é feito nos casos de natureza ambiental, considerando que dentre a enorme quantidade de temas que envolve o direito internacional este é o que se coloca no conjunto dos temas mais difíceis de serem efetivados na esfera internacional, a despeito dos inúmeros esforços na construção de um Direito Internacional Ambiental. Para tanto, foram escolhidos como referência os casos em que o antagonismo aparente entre comércio e meio ambiente se colocam de maneira cooperativa e equilibrada, fazendo com que prevaleça o interesse do bem-estar da humanidade, ou seja a defesa do livre comércio internacional pelo sistema da OMC, como forma de garantir o desenvolvimento econômico e social de todos os países membros da organização de forma mais equilibrada e de proteção ambiental. Nos casos analisados é possível perceber como o sistema de solução de controvérsias atua dentro do sistema *rule oriented*², gerando o constrangimento necessário para que os Estados se comportem dentro das regras do direito internacional.

A análise presume que o sistema garante estabilidade ao regime de Comércio Internacional institucionalizado, a partir da incorporação de conceitos da teoria construtivista das Relações Internacionais (pois parte da construção conjunta de diversos atores, que direta ou indiretamente, interagem entre si e interferem no resultado das decisões do Órgão de Solução de Controvérsias). Portanto, o resultado obtido na decisão, devido a essa relação de interdependência que o sistema promove, pode provocar uma obediência direta ou indireta, sendo que esta última resultará do efeito sistêmico provocado pela decisão com bias ao *regra-orientado* da OMC.

Como questão de ordem, o Direito Internacional do Comércio é ramo do Direito Internacional Econômico, que por sua vez faz parte do Direito Internacional, que a partir da Segunda Grande Guerra (1945) agregou uma série de temas ao longo das últimas décadas do

² O sistema *ruled oriented*, ou regra-orientado (no português) é como se constitui o sistema da OMC, ou seja, é um sistema que funciona baseado em regras pré-estabelecidas.

século passado, tais como Direitos Humanos, Direito Ambiental e Direito do Comércio Internacional. Isso foi resultado da transferência do foco das relações internacionais que até então estava centrado **exclusivamente** na necessidade de **coexistência** dos Estados soberanos (segurança internacional e paz) e que depois deste evento passa a lidar com a **cooperação**.

Os motivos dessa mudança de perspectiva são vários: maior interdependência dos Estados, mudança de polaridade das relações internacionais do bipolarismo leste-oeste para o multilateralismo, ampliação da necessidade de se tirar da competência exclusiva dos Estados a proteção de determinados direitos, e do ponto de vista mais pragmático, a criação, no âmbito da Organização das Nações Unidas, dos direitos fundamentais de terceira dimensão – quais sejam, a autodeterminação dos povos, a proteção ao ser humano, os direitos difusos e coletivos, como o direito ao meio ambiente sustentável – e a criação da Comissão de Direito Internacional que veio a codificar o Direito Internacional, até então constituído a partir de inúmeros tratados internacionais esparsos e de naturezas muito diversificadas.

Do ponto de vista econômico, o livre Comércio Internacional sem algum tipo de regulamentação institucional se apresenta dentro do desequilíbrio das “vantagens comparativas” de David Ricardo. Por isso, é que o que é livre deve ser regulamentado, para que a regra estabeleça os limites da liberdade e gere equilíbrio entre os atores.

Para demonstrar a hipótese que se coloca buscou-se avaliar presencialmente, a partir de um estágio em Genebra na Delegação Brasileira para a OMC, os procedimentos de revisão das decisões procedidas pelo órgão. A observação pública dos depoimentos orais (ou seja, o acompanhamento das reuniões do Órgão de Apelação (OA) – *oral hearings* – *declarações orais*), por exemplo, foi autorizada pela primeira vez em 2008, nas apelações dos casos *US – Continued Suspension vs Canada – continued suspension* (Continuada suspensão dos Estados Unidos *versus* Continuada suspensão do Canadá), a despeito da confidencialidade de certos documentos ter permanecido. Nesse período, foi possível acompanhar os trabalhos do OA, decisivos para auxiliar no estabelecimento de um caminho certo para a pesquisa e no delineamento de seus elementos operacionais utilizados no estudo do sistema jurisdicional da OMC, de acordo as hipóteses levantadas nas percepções iniciais.

2. O SURGIMENTO DO SISTEMA DE COMÉRCIO INTERNACIONAL DE REGRAS

O comércio internacional, historicamente, se mostrou tendente à um alto grau de protecionismo doméstico pelos Estados. Apesar da Revolução Industrial, no século XIX, ter aumentado a abertura dos portos e um aumento inigualável das relações comerciais internacionais, ainda sim o início do século XX é marcado por enorme protecionismo, o que

provocou grandes desequilíbrios entre os Estados europeus, principalmente. A 2ª Guerra Mundial foi a consequência desse cenário internacional. Uma guerra total com efeitos avassaladores. A necessidade de ações internacionais concertadas em diversas esferas de atuação tornou-se fundamental para a restauração de um equilíbrio internacional. A solução proposta por Woodrow Wilson, ao final da 1ª Guerra Mundial, de institucionalizar o Direito Internacional parecia insuficiente na metade do século XX. Logo, apesar da criação da ONU, o contexto das relações internacionais, que deu origem à Segunda Guerra Mundial e que permaneceu após o seu fim, era muito mais complexo e era preciso pensar a garantia da paz, principalmente na Europa a partir, também, de um viés econômico. Essa visão não só política, mas também econômica, foi inicialmente discutida nas negociações da Carta do Atlântico, em 1941, quando o presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, e o primeiro ministro britânico, Winston Churchill, esboçaram o que viria a ser a Conferência de Bretton Woods. No encontro, Roosevelt apresentou vários objetivos que ele considerava como essenciais para a restauração da paz e a garantia da segurança internacional e estabeleceu o direito de todas as nações a um acesso igualitário ao comércio internacional e às matérias-primas existentes no mundo - ressaltando a necessidade de liberdade de navegação dos mares (tema da própria agenda de Política Externa desses países e também da França) - o desarmamento de países agressores e o estabelecimento de um amplo e permanente sistema de segurança global e coletiva. A proposta da Carta do Atlântico se consolida somente no final da Segunda Guerra Mundial, com a Conferência de Bretton Woods, momento em que se apresentou para o mundo, em um fórum multilateral, os dois anos e meio de planejamento que os Estados Unidos e o Reino Unido haviam desenvolvido. O objetivo era a reconstrução dos países devastados pela guerra por meio do uso de recursos monetários provenientes dos tesouros desses dois países e de um sistema internacional de pagamentos que possibilitasse um comércio internacional livre das ameaças de desvalorizações monetárias e das flutuações cambiais das diversas moedas ainda dentro do padrão ouro (os mesmos problemas que levaram ao colapso financeiro de 1929, com a quebra da Bolsa de Nova York), além de um controle do livre comércio internacional.

A estrutura desenvolvida em 1944, em Bretton Woods, buscou a cooperação econômica entre os Estados e com isso visava impedir que em um novo evento de quebra do sistema econômico de um país contaminasse todo o resto do mundo e, conseqüentemente, o comprometimento da paz mundial. Em uma convergência de esforços entre as economias de mercado mais desenvolvidas, reconheceu-se, nos Estados Unidos da América, o gerenciamento desse novo modelo de gestão da economia global após a Segunda Guerra,

concebido para ser um sistema monetário internacional que buscasse maior liberalização comercial e maior fluxo de capital. Para que esse sistema liberal, paradoxalmente intervencionista, se tornasse viável, foi preciso criar três organizações internacionais de cunho econômico, cada uma com competências específicas e complementares, buscando-se cumprir com os objetivos postos em Bretton Woods. Uma delas foi o Banco Mundial, também conhecido como BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento), um banco de fomento cujo objetivo inicial era promover a transferência do empréstimo monetário concedido pelo governo norte-americano (o Plano Marshall) aos países devastados pela guerra, principalmente os países da Europa Ocidental e o Japão, pois os países do leste, que já estavam sob a batuta de União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), haviam transformado suas economias em planificadas, saindo da órbita da economia de mercado. A segunda organização idealizada por Bretton Woods foi o Fundo Monetário Internacional – FMI. Não se tratou, e sequer hoje se trata, de uma instituição financeira, mas de uma organização internacional que visou assegurar o bom funcionamento do sistema financeiro internacional através do monitoramento cambial e do balanço de pagamentos de seus países membros. A terceira instituição foi criada em 1947, ou seja, dois anos após as Conferências de Bretton Woods, o GATT. Este acordo consolidava políticas aduaneiras comuns para Estados signatários. Não era uma organização internacional independente e estava institucionalizada dentro da ONU, ou seja, seus trabalhos eram geridos por esta organização. Essa situação jurídica do GATT é resultante de sua própria origem, visto que esse acordo era parte integrante de um acordo maior, o Tratado de Havana, que não vingou devido à posição dos Estados Unidos da América, cujo congresso se recusou a ratificá-lo, a despeito de terem sido eles mesmos os mentores dessa estrutura. Aliás, devido aos sinais dados pelo Congresso norte-americano no sentido de sua não aprovação, o Tratado sequer foi a ele encaminhado. O Tratado de Havana tinha como objetivo criar, também nos moldes das demais organizações internacionais econômico/financeiras, uma organização internacional (a OIC – Organização Internacional do Comércio), que funcionaria como uma das agências especializadas da ONU voltada para a regulamentação e o controle do comércio internacional, cujo referencial teórico era o maior aumento contínuo do livre comércio internacional. Era premente a necessidade de criação dessa organização no mundo após a Segunda Guerra Mundial, pois muitos países passaram a adotar, nesse período, uma postura comercial protecionista, de reserva de mercado, através de barreiras comerciais diversas, mas principalmente de uma política de

adoção de pesada carga tributária de natureza ou interferência alfandegária. Com a não aprovação do Tratado de Havana, 23 países³ (os chamados países fundadores), buscando impulsionar a liberalização do comércio, iniciaram a primeira rodada de negociação comercial, em Genebra, de cunho essencialmente tarifário (negociações provisórias exclusivas do GATT – para comércio de bens), em meados de 1950. O resultado dessa negociação foi a geração de uma tabela de 45.000 itens de concessões tarifárias, além de um conjunto de regras de natureza procedimental para funcionamento do novo regime de comércio, além de um sistema de solução de controvérsias comerciais “ad hoc” e casuístico. O GATT regulamentou o livre comércio internacional por mais de 40 anos, e ao observar o volume de itens liberalizados ao longo desse período percebe-se que, apesar de suas limitações, sempre promoveu uma contínua abertura do comércio internacional.

Em 1986, iniciou-se a oitava Rodada de Negociação do GATT, a Rodada Uruguai, que terminou em 1994 e revolucionou o regime de comércio internacional regra-orientado (*rule-oriented*). Surge a Organização Mundial de Comércio com uma expansão de todo o regime multilateral de comércio a partir da criação de um novo Acordo de Tarifas Aduaneiras e Comércio (o chamado GATT 1994) e da criação de uma regulamentação efetiva em outros setores econômicos como serviços (o GATS – General Agreements on Trade of Services), que apesar de estarem no GATT nunca chegaram a ser negociados, agricultura, propriedade intelectual (TRIPS), investimentos estrangeiros (TRIMS), a regulamentação de práticas de concorrência comercial através dos acordos relativos a subsídios e medidas compensatórias, as medidas antidumping e as salvaguardas. Em alguns casos houve, até mesmo, a tipificação de condutas comerciais consideradas como desleais. A Rodada Uruguai fortaleceu também o sistema de solução de controvérsias multilateral com a introdução de um “código processual” para funcionamento do novo sistema de solução de controvérsias, consolidado no Anexo II do Tratado de Marrakesh (o DSU – *Dispute Settlement Understanding*). Além disso, o sistema de solução de controvérsias passou a ser um órgão permanente e com 2 instâncias de atuação.

3 O MULTILATERALISMO (INTERDEPENDÊNCIA?) E O REGIME DE COMÉRCIO INTERNACIONAL DA OMC

A interdependência nas relações internacionais do comércio está dentro do contexto de análise das relações econômicas entre os Estados. Cada ator tem uma necessidade particular e deseja a mesma coisa. Assim os atores se aliam em torno de um objetivo comum e o grupo

³ Austrália, Bélgica, Birmania, Brasil, Canadá, Ceilão, Cuba, Checoslovaquia, Chile, China, Estados Unidos, França, Índia, Líbano, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelandia, Países Baixos, Paquistão, Reino Unido, Rodesia do Sul, Síria e África do Sul.

cria regras para atingir seus objetivos. Mas um ator pode abandonar a aliança diante de uma circunstância que, em curto prazo, lhe é mais favorável (foi a posição dos Estados Unidos quando da criação da OIC em 1947). Isto ocorre porque, nos processos de interação, os atores são sempre egoístas, racionais e utilitaristas. Portanto, o ator vai escolher entre agir cooperativamente ou individualmente de acordo com os custos que ele terá a médio e longo prazo. Contudo, como o sistema acabaria em grande impasse se essa situação se mantivesse de forma anárquica, a instituição estabeleceu as “regras do jogo”, para limitar o agir individual e estimular o agir cooperativo. Como explica Diniz: *“Particularmente, a abordagem institucionalista dita neoliberal sustenta que a participação em uma multiplicidade de instituições – organismos e regimes internacionais – modificaria o interesse das grandes potências, tornando a preservação desses espaços multilaterais um interesse vital para elas.”* (DINIZ, 2003, p.134-135).

No regime de comércio da OMC, a instituição, através de uma abordagem *“rule oriented”*, tenta romper o agir individual a partir da criação de padrões de comportamento para os Estados membros, que se descumpridos serão excluídos de todo o regime, uma vez que este é controlado pelo princípio do *“single undertaking”*. No ambiente institucional as regras são claras e a informação é fundamental. **Por isso que a OMC cria suas regras a partir de rodadas de negociação entre seus membros e todas as *decision-makings* (tomadas de decisão) devem ser parte de um processo de deliberação comum, em fórum.**

Num ambiente de interesses comerciais existe uma convergência e isso leva a um objetivo comum. O ambiente institucional, portanto, deve possuir regras claras (transparência), e as informações são fundamentais. Esse papel pode ser muito bem visto dentro da OMC através da função do órgão do Trade Policy Review Body⁴, que controla, analisa e coloca em aprovação para todos os membros da OMC os relatórios que os estados membros devem apresentar periodicamente sobre suas políticas comerciais.

A OMC é uma organização internacional que funciona dentro do que Herz chama de ação coletiva. *“As OIG’s facilitam a ação coletiva a partir da ativação de uma série de mecanismos que modificam as condições do ambiente internacional.”* (2004, p. 56). Esses mecanismos reduzem os custos de transação, pois uma negociação já começa com alguns parâmetros estabelecidos. Ademais, as instituições favorecem o cumprimento dos acordos, diminuindo os custos de se controlar o comportamento dos atores, lidando assim com os

⁴ O Trade Policy Review Body é um órgão vinculado ao Conselho Geral juntamente com o OSC. Suas funções estão relacionadas às funções do Conselho Geral. Ele é um mecanismo de controle das políticas domésticas de comércio exterior dos Estados-membro, que periodicamente devem apresentar relatórios nesse sentido. Mais informações consultar capítulo V.

problemas de aquiescência. Nesse sentido, o monitoramento (que no âmbito da OMC ocorre através do *Trade Policy Review*), as sanções (que são as decisões do OSC acerca das normas domésticas que contrariam as regras da OMC) e a publicação de informações (todos os atos da OMC aparecem em relatórios das reuniões multilaterais contínuas de todos os membros para deliberar acerca de todos os assuntos relativos à organização) são cruciais para a cooperação e a redução dos custos de transação. Além disso, a forma de tomada de decisões nos diversos órgãos da organização, considerando que o ambiente é multilateral e que as decisões são tomadas em fóruns constantes de debates entre todos os membros, deve ser completada com a teoria construtivista mais especificamente de Kratochwil e Ruggie, pois a proposta de análise e a metodologia utilizada por esses autores parte de uma crítica à visão positivista das relações internacionais no que se refere aos regimes. Com efeito, em 1986, eles demonstraram que os racionalistas, ao elaborarem suas teorias, negligenciaram o papel dos sentidos intersubjetivos no estudo de regimes e defenderam uma agenda de pesquisa que atendesse também às organizações internacionais. Assim, a partir da construção do conceito de instituições como organizadores de regimes, Kratochwil e Ruggie deram caráter essencial às organizações internacionais, enquanto agentes determinantes na conformação do cenário internacional. As organizações internacionais não atuam simplesmente através do constrangimento do comportamento dos atores e tão pouco através da simples modificação das opções disponíveis para estes atores; elas mesmas se transformam. O elemento central para as instituições é a possibilidade de criar um ambiente privilegiado de argumentação e deliberação, facilitando o processo de construção das tomadas de decisões. Kratochwil trabalha com a ideia da existência de um direito (que para ele é ao mesmo tempo regras e normas) e a da nova construção de uma teoria do agir pelo discurso (*speech-act*) como elementos essenciais para compreender sistematicamente as relações internacionais. Ele parte de uma pergunta fundamental: “Por que os atores tem que recorrer a normas?” (***Why do actors have to resort to norms?***). Para responder a esta questão ele argumenta que as normas não são melhor interpretadas se usadas como causas, e para provar essa afirmação ele elabora três pressupostos: a) a escolha pública, como resultado de uma estratégia de pesquisa para estudar o papel das normas como modeladora e formadora de decisões a partir de uma situação abstrata inicialmente definida. Para isso, ele começa dizendo que o mundo é formado pelo interesse dos atores (*self-interested*), os quais não possuem preferências idênticas, mas têm de fazer escolhas em face de uma situação de escassez (de qualquer coisa, econômica, comercial, política, etc) e com perspectivas que os colocam para interagir novamente entre si em futuras rodadas (KRATOCHWIL, 1995, p.10). Nesse sentido, ele compreende que em

situações de escolhas é necessário reduzir a sua complexidade, visando torná-las mais fáceis para os atores, isto é, para que ocorra convergência de interesses. É nesse momento que as regras e normas tornam-se uma espécie de dispositivos-guia, desenhados para simplificar as escolhas e transmitir (comunicar) cognição para as situações propostas, através da moldagem de fatores que aquele que vai tomar a decisão (*the decision-maker*) terá que levar em consideração (1995, p. 10). b) Kratochwil assume que a ação humana é em geral regrada (*rule-governed*), o que significa dizer que estas ações tornam-se compreensíveis no contexto das normas presentes nas convenções e regras que dão sentido a uma ação. Assim, não só um ator deve se referir às normas e regras quando ele ou ela desejam fazer uma escolha, mas o observador também deve compreender a estrutura normativa subjacente da ação, a fim de ser capaz também de fazer suas interpretações e avaliar opções (1995, p.10-11). As normas não são somente dispositivos de orientação, mas alguma coisa que permite às pessoas comunicarem entre si, perseguir objetivos, compartilhar significados, criticar afirmações e justificar ações (1995, p.11). c) As regras e normas influenciam escolhas através de processos de raciocínio (*reasoning process*), cognição e não, como se pode pensar, em processos racionais (*rational process*), porque aqueles são processos de deliberação e interpretação e não estão somente baseados em modelos de escolhas racionais, meramente objetivas. Isso porque os critérios de racionalidade tradicional pressupõem avaliações independentes e fixas dos atores. Entretanto, a maioria dos nossos argumentos sobre a política ou os direitos não são tanto sobre a determinação do resultado provável, dada uma certa distribuição de “preferências”, pois as preferências se sobrepõem às preferências dos outros, ao passo que as decisões necessitam de consentimento dos outros (KRATOCHWIL, 1995, p.11-12). Além disso, Kratochwil discorda das teorias que são baseadas na existência de uma sociedade anárquica. Para ele, as ações humanas podem ser explicadas pela linguagem do dia a dia (KRATOCHWIL, 1995, p.43), o que quer dizer que a ação do discurso (*speech-act*) precede o processo de raciocínio nas relações domésticas e nos processos de tomada de decisões nas Relações Internacionais. Além disso, Kratochwil considera a distribuição das competências (*capabilities*) pouco importante para estimular crenças e questionamentos sobre legitimidade (KRATOCHWIL, 1995, p.43). O que ele quer dizer com isso é que se deve abrir a porta para uma investigação mais detalhada do papel das normas no processo de tomada de decisão dos atores internacionais (“*to open the door for a more detailed inquiry into the role of norms in decision-making process of international actors.*”) (KRATOCHWIL, 1995, p.42).

Ruggie, por sua vez, constrói toda a sua teoria a partir de críticas que ele faz ao trabalho de Waltz sobre o realismo estrutural, demonstrando que a melhor escolha para se

explicar os fenômenos das relações internacionais é partir dos principais aspectos do construtivismo, isto é, os fenômenos do mundo real é que são postos por qualquer teoria e são por elas explicadas. Os atores individuais problematizam, sobretudo, as identidades e os interesses dos estados para demonstrar como eles são socialmente construídos. As identidades são geradas, em parte, pela interação internacional, isto é, tanto a identidade genérica dos Estados em relação aos Estados, quanto a identidade específica de cada Estado. Ainda no nível dos atores individuais, o construtivismo procura mapear a matriz completa de outros fatores ideacionais que formam as perspectivas dos atores e de comportamentos, que vão desde a cultura e a ideologia, às aspirações e crenças como princípios, até a relação de causa e efeito do conhecimento de problemas relacionados com políticas específicas. *“No nível dos atores individuais, o construtivismo procura, acima de tudo, problematizar as identidades e interesses de estados, para mostrar que e como eles são construídos.”* (RUGGIE, 2002, p. 33, tradução nossa). Depois de discutir o problema da forma como o construtivismo aplica seu método epistemológico, Ruggie desafia os regimes existentes para estabelecer um debate metodológico entre ontologia e epistemologia. Argumenta que a postura epistemológica existente na análise dos regimes contradiz as suas bases ontológicas. Ele demonstra que a definição padrão de regimes é constituída pela convergência de expectativas, de princípios compartilhados e de normas. Eles são inerentes a uma natural intersubjetividade. Para ele, intersubjetivo é um relacionamento de estado existente entre os atores que compreende qualquer regime dado e para isso parte dos seguintes questionamentos: O que se entende por regime e o que se constitui num desvio inaceitável disso? (RUGGIE, 2002, p. 85). E assim Ruggie responde que os regimes englobam a dimensão das razões e dos significados como causas eficientes. Interpretações epistemológicas permanecem no centro da apreciação de como os regimes funcionam e esta análise não considera o elemento central que compõe a parte ontológica das teorias tradicionais dos regimes, a intersubjetividade. O significado intersubjetivo é derivado do comportamento (RUGGIE, 2002, p.95)

O ponto central da abordagem de Kratochwill e Ruggie é exatamente o tema do fenômeno ontológico/epistemológico. Para os autores, os fenômenos das relações internacionais deveriam ser interpretados por meio do que eles chamaram de “epistemologia interpretativa”, sendo que a palavra “interpretativa” é baseada em elementos ontológicos – os sujeitos e suas interações comunicativas - e a palavra “epistemologia” é a análise objetiva do fenômeno e vão mais fundo para afirmar que os regimes são o resultado de “procedimentos epistemológicos interpretativos”, o que significa dizer que os regimes não podem mais ser vistos como injunções externas de restrições do comportamento dos estados e que eles

funcionam também como variáveis intervenientes independentes (aquilo que é considerado pelo *mainstream* das Relações Internacionais). Eles demonstram que o mundo real não é o resultado de um comportamento de agentes em uma dada situação, como uma reação a um elemento objetivo, por exemplo, a norma. Para tanto, exemplificam através do evento ocorrido na França em 1968 e conhecido como as “barricadas de Maio”, no qual, este país, em uma situação de grave emergência interna por causa de um movimento revolucionário interno, pediu “simpatia e compreensão” aos seus parceiros comerciais no âmbito do GATT, de forma que medidas contra importações (restrições às importações) fossem utilizadas para permitir a retomada da ordem, medidas estas que, em contrapartida, não estariam de acordo com as previsões estatutárias ou objetivas do acordo. Para explicar essa situação, Ruggie e Kratochwil contradizem autores que argumentaram que este evento foi analisado a partir de um viés epistemológico positivista, e a literatura relevante acabou descrevendo o evento como algo que levou à erosão do respeito pelas regras do GATT. Foi afirmado, ainda, que a França agiu com cinismo e que aqueles que a apoiaram foram cúmplices na violação das regras do GATT e, portanto, coniventes com a erosão do regime. Ao criticar a análise positivista, Kratochwil supôs que o fato foi essencialmente analisado levando-se em conta apenas os aspectos econômicos envolvidos, ou seja, tratou-se uma análise caracterizada por uma epistemologia positivista concentrada na formulação de modelos econômicos. Estes modelos têm sido o elemento chave do cálculo racional dos autores, porém, no caso da França, ele não era o elemento central, naquele momento. O que a França precisava realmente era equilibrar emocionalmente o país, o que não significa que a França estivesse se utilizando de uma desculpa para quebrar as regras do GATT. Ao contrário, a França tinha uma situação interna extremamente séria que precisava ser controlada, e a medida econômica perante o GATT era mais uma medida que visava ao restabelecimento da ordem doméstica. Para resolver esse problema, os autores propuseram examinar a posição adotada pelo GATT através de um método interpretativo e epistemológico ao mesmo tempo. Este método seria capaz de demonstrar que a instituição tinha três dimensões na sua estrutura: transparência, legitimidade e episteme. Portanto, organizações internacionais contribuem para a formação de uma ordem de mecanismos informais, chamada de “esquemas”, o que significa que foi construído através de sua capacidade de fornecer uma expectativa intersubjetiva, bem como os significados de regulamentos estáveis. Depois daquele período, eles experimentaram a criação de um sistema transparente, com compromisso, conduzindo-o para a organização e para a aquisição de legitimidade antes seus membros, através de agendas desenhadas a partir de um processo cognitivo comum (a ideia de políticas públicas). Esta interpretação foi somente possível

porque Ruggie já havia explicado que os regimes econômicos depois da Segunda Guerra Mundial basearam-se em um ambiente liberal chamado de “*embedded liberalism*” (liberalismo embutido), que consiste em um liberalismo amarrado a uma interdependência internacional, isto é, a própria ideia de multilateralismo que aparece após a Segunda Guerra Mundial. .

Em minha experiência em Genebra, acompanhando as reuniões do Órgão de Apelação, pude vivenciar exatamente o que Ruggie e Kratochwil falam acerca dos regimes. Ruggie, por exemplo, diz que os regimes não foram suficientemente estudados, uma vez que foram observados somente a partir de um ponto de vista teórico ou a partir de uma visão acadêmica. É por isso que a definição dos regimes criada pelo *mainstream* das relações internacionais limita-se a argumentos de “*inteligibilidade mútua e aceitabilidade de ações entre o framework intersubjetivo de entendimento que está encorpado nos princípios dos regimes e normas.*” (RUGGIE, 2002, p.86), o que não está errado, mas sim incompleto.

Realmente, o Sistema de Solução de Controvérsias da OMC é um mecanismo criado a partir de um processo que conduz os estados a negociarem em um contexto internacional onde todos os interesses se convergem para criar uma estrutura que esteja suficientemente preparada para lidar com as complexidades que emergem das novas relações comerciais. O grau de interdependência comercial tem se tornado cada vez mais alto, o que minimiza a importância individual econômica e política dos Estados nessas relações. A construção deste mecanismo foi somente possível porque os atores principais (os Estados) interagiram discursivamente, estabelecendo seus desejos, não de uma maneira idealística e menos retórica, mas de uma maneira interpretativa-epistemológica, no sentido proposto pelo método de Kratochwil e Ruggie. Além disso, a OMC foi instituída com base no *single undertaking* que representa exatamente o “*embedded liberalism*, ou seja, os Estados estão amarrados à Organização e a todas as suas regras. É o tudo ou “nada. Por sua vez, o funcionamento do OSC é uma continuação de processos generalizados na sua criação, nomeadamente, os casos são desenvolvidos de uma maneira argumentativa, “*rule oriented*” (regra orientado) entre o *staff* e a estrutura (no caso a OMC representada nessa análise teórica pelo seu **Órgão** de Solução de Controvérsias), que interagem entre si em busca de objetivos comuns, uma vez que ambos formam o próprio sistema, chamado, portanto, de regime neste caso (explicando melhor o que se chama no jargão da OMC de Sistema de Solução de Controvérsias, torna-se um regime dentro do regime de Comércio Internacional, a partir do momento que possui regras próprias e independentes. Além disso, as decisões são publicizadas pelos relatórios dos painéis e do OA e são basicamente o resultado de uma convicção formada a partir dos

argumentos apresentados pelos Estados membros em litígio, pelos membros do grupo especial (*panellists*) que analisou a matéria no nível do painel, ou pelos juízes do Órgão de Apelação, e além das terceiras partes não litigantes (que participam do processo, mas cujos apontamentos não são considerados na tomada de decisão dos membros do grupo especial (*panellists*) e dos juízes do OA), também as ONGs e outros atores domésticos públicos ou privados que são afetados pelas normas do comércio internacional da OMC ou outras normas internacionais. Finalmente, a decisão de implementar o relatório é submetida ao consenso negativo⁵, o que significa que o consenso dos membros gera um resultado absoluto, de acordo com o art. 16.4 do DSU. Este procedimento é relevante para definir o resultado final do processo em alguns casos, mesmo que o grupo tenha alcançado um resultado específico de reconhecimento de incompatibilidade de conduta do Estado demandado em relação às regras da OMC. Depois das sessões de teste e análise do direito no caso do Órgão de Apelação, conclui-se no relatório que algumas questões não são suficientes para determinar se existiu ou não violação do direito, qualquer que seja o direito que se alega violado. Quando isso ocorre não existe possibilidade da controvérsia ser julgada. Portanto, existe sempre um elemento comum a todos: a decisão é resultado da aplicação de regras, princípios e normas derivadas de um processo de negociação política, combinado com movimentos de barganha e persuasão, em busca de padrões comuns que compartilhem valores e soluções aceitas. Tudo em um ambiente de certa transparência, mas seguramente comunicativo. Isto significa que existe um alto grau de legitimidade das decisões do OSC.

4 O REGIME DO MEIO AMBIENTE E A OMC

Nas relações internacionais, o regime do meio ambiente é um regime fraco que necessita de alto grau de envolvimento dos Estados para que haja cooperação no alcance dos seus objetivos. Ele surgiu a partir da preocupação crescente e justificada, no âmbito internacional, com os enormes e incontáveis danos ao meio ambiente. Poluição do ar provocada por emissões de gases tóxicos, aquecimento global, danos à camada de ozônio e desflorestamento desordenado são alguns dos principais temas da agenda ambiental internacional. Diante dessa perspectiva, de que regimes diferem enormemente em termos de suas efetividades, podemos deduzir que alguns regimes podem ser mais efetivos individualmente e outros de acordo com o momento em que estão funcionando.

⁵ O Consenso negativo é o princípio que determina que todo relatório ou decisão deva ser aprovado a menos que exista consenso em sentido contrário.

O problema da fraqueza das normas geradas no âmbito do regime do meio ambiente resolve-se a partir da utilização dos Tratados internacionais e das discussões que ocorrem nas cimeiras e que contribuem para que os Estados, **em ações individuais e internas, criem suas próprias regras domésticas de proteção ambiental**. Isso porque, como explica Kratochwil: *“A separação do processo legal do processo político na arena doméstica é possível porque ambos os processos encontram-se bem institucionalizados.”* (1995, p.254, tradução nossa) E logo demanda menos cooperação. A ação dos Estados ainda é individual e a cooperação no ambiente internacional só ocorrerá quando a interdependência se tornar complexa, como ocorre no regime de comércio internacional. Ou seja, para que as normas internacionais alcancem resultados de *compliance* eficiente é necessário que a questão ambiental torne-se efetivamente um interesse inquestionável de todos. Como exemplo, poder-se-ia imaginar num efeito cascata provocado pelo aquecimento da terra, que resultaria no degelo da Antártica e consequentemente no aumento considerável da água no oceano a ponto de promover a devastação de cidades europeias, norte-americanas, como já vem ocorrendo em ilhas do Pacífico.

A questão do meio ambiental no âmbito da OMC, apesar de previsto já no artigo XX do GATT 1947, faz parte de um conteúdo maior que a OMC busca tutelar, o direito ao desenvolvimento. Em todos os artigos introdutórios, bem como no preâmbulo do Tratado de Marrakesh, o princípio do direito ao desenvolvimento é colocado no mesmo nível e como um princípio paralelo ao princípio do livre comércio internacional. A preocupação da OMC, nesse sentido, leva a uma série de direitos que foram idealizados, já no tempo do GATT, para reduzir as assimetrias dos Estados membros e, portanto, promover o livre comércio, para que este se tornasse a base para o desenvolvimento econômico global. Apesar desse tratamento dado pelo regime do GATT e posteriormente da OMC, existe uma mística ao redor dessa relação comércio/meioambiente, muitas das vezes de concepção equivocada, pois oriunda de um grande pavor por parte dos ambientalistas de que haja uma corrida para o topo, na qual as jurisdições seriam forçadas a competir pela indústria e consequentemente teriam que reduzir seus padrões ambientais. Farber explica que, apesar dessa ideia de antagonismo e de público-alvo distintos em defesa de cada um dos dois temas, ambos possuem muito em comum. A regulamentação ambiental, por exemplo, na União Europeia e nos Estados Unidos, surgiu inicialmente de poderes legislativos originariamente designados para eliminar barreiras comerciais. Além disso, tribunais para comércio tendem a protelar medidas ambientais não discriminatórias. Notavelmente, diz ele, a lógica para ambos os regimes (de comércio e ambiental) é a mesma, ou seja, a do dilema do prisioneiro que pode levar a uma corrida para o

fundo, seja através de restrições comerciais, seja através de desleixo ambiental. Acontece que a corrida para ambas as áreas pode ocorrer somente sob circunstâncias particulares e similares. Portanto, as condições apropriadas para os regimes de comércio multilateral frequentemente coincidem com aquelas dos regimes multilaterais ambientais. (FARBER, 1997, p.1283, tradução nossa)

A relação entre comércio e proteção ambiente consiste no impacto que as políticas ambientais provocam no comércio, bem como o impacto do comércio no meio ambiente. Isso foi reconhecido na Conferência de Estocolmo tanto que durante os trabalhos preparatórios para a cimeira, o Secretariado do GATT foi requisitado para dar sua contribuição. Sob a única responsabilidade do secretariado, um estudo entilado “*Industrial Pollution Control and International Trade*” (Controle da poluição industrial e comércio internacional) foi preparado. Ele focou nas implicações das políticas de proteção ambiental no comércio internacional, refletindo a preocupação dos funcionários do comércio de que estas políticas poderiam se tornar obstáculos ao comércio bem como se constituir em uma nova forma de protecionismo.

Em 1971, o Diretor-geral do GATT apresentou um estudo às partes contratantes, instigando-os a examinar as potenciais implicações das políticas ambientais no comércio internacional. A discussão das questões que emergiram do estudo tomou lugar, e um numero de partes contratantes sugeriram que um mecanismo fosse criado no âmbito do GATT para que seu estudo fosse mais aprofundado. Ficou acordado a criação do Grupo para Medidas ambientais e Comércio Internacional (*Environmental Measures and International Trade – EMIT Group*). Esse grupo somente se reuniria quando requisitado pelas partes contratantes, com a participação aberta a todos. Até 1991, nenhuma solicitação foi colocada na ativa do grupo. Entre 1971 e 1991, políticas ambientais começaram a ter um crescente impacto no comércio , e o inverso, ou seja, o aumento do fluxo de comércio levou a um impacto também no meio ambiente. Dentro do GATT esse quadro se refletiu principalmente na Rodada de Tóquio (1973-1979), pois a questão era saber como as medidas ambientais (na forma de regulamentações técnicas e padrões (Standards) poderiam se tornar obstáculos para o comércio. A Rodada Tóquio decidiu pela criação de um acordo sobre barreiras técnicas para o Comércio (Technical Barriers to Trade – TBT), conhecido como o “*Standards Code*”. Dentre outras coisas, chamou-se a atenção para a não discriminação na preparação, adoção e aplicação de regulamentações técnicas e padrões, e para a transparência de suas regras. Em 1982, um número de países em desenvolvimento expressou sua preocupação para o fato de que produtos proibidos em países desenvolvidos nos termos dos riscos ambientais, ou para saúde ou por razões de segurança, continuassem a ser exportados para eles. Com informações

limitadas acerca desses produtos, eles ficaram impossibilitados em produzir decisões informadas, relativas às suas importações. Em 1982 o encontro ministerial do GATT decidiu que este examinaria as medidas necessárias para trazer ao seu controle os produtos de exportação proibidos domesticamente (nos termos de danos eventuais à saúde humana, animal, vegetal ou à saúde, ou ao ambiente). Em 1989, isto resultou no estabelecimento de um Grupo de Trabalho para as exportações de mercadorias proibidas domesticamente e outras substâncias perigosas.

Durante as negociações da Rodada Uruguai (1986-1993), questões ambientais relacionadas ao comércio foram novamente levantadas. Modificações foram feitas no *Standards Code*, e certas questões ambientais foram dirigidas para os acordos temáticos. Em 1991, uma disputa entre o México e os Estados Unidos relativos aos embargos norte-americanos sobre os atuns importados do México e que foram pescados com o uso de redes as quais resultavam na morte acidental de golfinhos, intensificou a atenção em ligações entre políticas de proteção ambiental e comércio. O México reclamou que o embargo foi inconsistente com as regras do GATT. O painel decidiu em favor do México baseando-se em um número diferente de argumentos. Entretanto, o relatório do painel não foi adotado, e sua decisão foi pesadamente criticada por grupos ambientais que sentiam ser as regras do comércio um obstáculo para a proteção ambiental. Para os membros da OMC, os objetivos visam, por um lado, defender e salvaguardar um aberto e não discriminatório sistema multilateral de comércio e, por outro, agir no sentido de proteger o meio ambiente e promover um desenvolvimento sustentável, que pode e deve ser mutuamente apoiado. O princípio ordenador da visão da OMC relativo ao meio ambiente é a liberalização do comércio e um comércio estável e previsível como condições de sustentabilidade do meio ambiente.

Desde a entrada em vigor da OMC, em 1995, o OSC tem lidado com um número qualitativamente importante de disputas relativas a questões ambientais. Estas medidas têm procurado atingir uma variedade de políticas objetivas – da conservação e proteção das tartarugas marinhas contra a captura acidental dentro do comércio pesqueiro até a proteção da saúde humana contra os riscos causados pela poluição do ar. A jurisprudência da OMC tem afirmado que as regras da OMC não prevalecem sobre as questões ambientais. A solução de controvérsias da OMC permitiu a um membro, em 2001, manter suas proibições à importação (import ban) de asbestos, visando proteger seus cidadãos e os trabalhadores do setor da construção civil. No caso *US – Shrimp*, a OMC levou seus membros na direção de um estreitamento da colaboração ambiental. Isto requereu que uma solução cooperativa ambiental fosse buscada para proteger as tartarugas marinhas entre as partes em conflito.

Ao se julgar controvérsias comerciais que envolvem questões ambientais, depara-se com uma situação de conflito multidisciplinar que envolve conhecimentos que vão além do direito tutelado pelo regime de comércio internacional da OMC, ou seja, questões que transcendem a própria jurisdição do Órgão de Solução de Controvérsias. Além disso, essas controvérsias têm que enfrentar questões científicas ligadas às ciências biológicas, biomédicas, sobre biodiversidade, enfim uma série de conhecimentos técnicos que afetam direta ou indiretamente o comércio. Um exemplo disso encontra-se na decisão do relatório do OA no caso do Asbesto⁶, em que o órgão buscou evidências que corroborasse a aplicação do Artigo XX(b) do GATT. Assim argumentou: *“Um membro não está obrigado, no estabelecimento de uma política de saúde, que automaticamente siga o que, necessariamente, alcance o artigo XX(b) do GATT 1994 em bases de um peso preponderante de evidência.* (WORLD TRADE ORGANIZATION, 1994, tradução nossa). “

Outro aspecto relevante é o fato de que a proteção ao meio ambiente no âmbito da OMC se estabelece no confronto do direito internacional com o direito doméstico dos Estados que regulamenta a questão ambiental a partir de pressupostos básicos e gerais relativos à matéria, mas dentro do limite jurisdicional estatal. Jackson explica que a própria proteção do meio ambiente envolve regras de cooperação internacional, sanções, ou ambas, tanto que algumas ações do governo para garantir proteção ambiental não serão minadas por ações de outros governos. Algumas vezes essas regras envolvem medidas restritivas do comércio (tradução nossa) (JACKSON, 2002, p.21). Portanto, ocorre um deslocamento da questão central na análise do direito tanto do comércio internacional (que antes estava focado quase que exclusivamente no princípio do livre comércio internacional e do desenvolvimento – este como subsídio para promoção daquele) quanto do meio ambiente (na sua versão internacional, mas principalmente doméstica). Isso tudo converge para o ponto central deste estudo, que se relaciona com o caráter multilateral da OMC e com a relação interdependente dentro desse regime de comércio internacional regra-orientado.

Atualmente, o OSC tem firmado o seu entendimento através de seu Órgão de Apelação. A interpretação dada pelo Órgão ao Artigo XX do GATT 1994, nos casos *US-Gasoline* e *US-Shrimp*, era restritiva e defendia uma espécie de equilíbrio entre a regra geral da OMC e a exceção do Artigo XX. No caso da gasolina (*US-Gasoline*)⁷, a exceção do Artigo XX em debate é aquela prevista na letra “g”, que diz que nada no acordo do GATT será interpretado para impedir a adoção ou a aplicação por qualquer parte contratante de medidas

⁶ Número do caso no OSC: WORLD TRADE ORGANIZATION, 2001.

⁷ Estados Unidos – padrões para gasolina reformulada e convencional, WT/DS2/R, de 29 de janeiro de 1996.

“relacionadas com a conservação de recursos naturais exauríveis se as medidas forem efetivas em conjunção com as restrições domésticas de produção e consumo.” (tradução nossa). O caso foi o primeiro a ser proposto e julgado pelo OSC e não teve uma decisão favorável ao meio ambiente, prevalecendo a proteção do princípio da “não discriminação”, ou seja, do “tratamento nacional”. Contudo, ele é importante para o estudo porque levou para um fórum de deliberação comercial uma argumentação que, até então, estava restrita ao interesse doméstico dos Estados Unidos, ou seja, apesar do resultado final não ter sido favorável ao meio ambiente, toda a argumentação do relatório do OA que modificou o relatório do painel foi no sentido de aplicar o artigo XX. Entretanto, como os Estados Unidos não lograram demonstrar que a gasolina produzida internamente era de qualidade superior e mais limpa, ou seja, menos poluente, que a gasolina importada dos países demandantes, ficou demonstrada a discriminação injustificada, e aos Estados Unidos foi recomendado retirar a medida discriminatória. Os Estados Unidos adotaram, no seu âmbito doméstico, dois programas para garantir que a poluição provocada pela combustão da gasolina não excedesse os níveis do ano de 1990 e que os poluentes nos maiores centros populacionais fossem reduzidos. O primeiro programa era relativo a preocupações com áreas de difícil obtenção do ozônio, que consistia em 9 grandes áreas metropolitanas, que haviam experimentado a pior poluição provocada no período do verão pela poluição da camada de ozônio e várias outras áreas adicionais, incluídas a pedido dos governos estaduais mais preocupados. Toda a gasolina vendida para consumidores nessas áreas de difícil realização da proteção da camada de ozônio precisava ser “reformulada”. A venda de gasolina convencional nessas áreas, portanto, tornou-se proibida. O segundo programa era relativo à gasolina convencional, que poderia ser vendida aos consumidores no resto dos Estados Unidos. A implementação de ambos os programas, que se aplicavam aos refinadores domésticos que vendiam gasolina, misturadores de gasolina (*blenders*) e importadores, foi confiada a uma agência chamada Agência de Proteção Ambiental (em inglês: *the United States Environmental Protection Agency – EPA*). Como resultado, o EPA adotou a Norma da Gasolina, que se baseava fortemente nos parâmetros de 1990 como um meio de determinar o cumprimento dos requisitos da lei chamada *the Clean Air Act of 1990 - CAA*. A matéria foi levada ao conhecimento do OSC pela Venezuela e o Brasil, depois que as consultas feitas aos Estados Unidos por esses países não levou a um resultado satisfatório. Nesse sentido, a Venezuela, em 1995, requereu ao OSC que estabelecesse um painel para examinar a matéria com fulcro no Art. XXIII:2 do GATT e no Artigo 6 do ESC, uma vez que a medida mostrava indícios consistentes de prática discriminatória. Por estabelecer critérios distintos de comercialização para a gasolina

produzida nos EUA e para a gasolina importada, o *Clean Air Act* contrariava o princípio de “tratamento nacional” da OMC e nesse sentido, o painel julgou a matéria, condenando a postura dos Estados Unidos e determinando a retirada da legislação acerca dos padrões da gasolina. Esta decisão, apesar de ter sido positiva do ponto de vista dos países que sofriam a discriminação, perdeu o direito ambiental. Isso não significa que do ponto de vista jurídico não estivesse correto o posicionamento da OMC. **De fato, a legislação norte-americana era discriminatória. Contudo, a decisão mais favorável deveria ter sido no sentido da modificação da legislação, retirando-se a discriminação existente e estabelecendo padrões de qualidade da gasolina iguais para os produtores domésticos e os produtores estrangeiros.** Por sua vez, o OA, a pedido dos Estados Unidos, recomendou que este adequasse sua legislação do *clean air act* aos compromissos assumidos com o GATT 1994, ou seja, que retirasse as medidas que ofendiam o princípio do tratamento nacional, mas, ao mesmo tempo, ressaltando que aquela decisão não estava retirando dos Estados a autonomia de adotar medidas nos moldes do Artigo XX, quando necessário para proteção do meio ambiente e das fontes exauríveis, da saúde pública, do indivíduo e da vida animal e vegetal.

Outro caso importante é o das “tartarugas marinhas” que envolveu um conflito comercial entre os Estados Unidos da América e a Malásia (DS58 e DS61). Em maio de 1996, os Estados Unidos adotaram uma medida de comércio que proibia a importação de camarões e produtos derivados do camarão de todos os países que não exigiam os arrastões de camarão comercial através do uso dos chamados *Turtle-excluder devices* – *TEDs* (dispositivos de exclusão de tartarugas), de forma a permitir que espécies de tartarugas marinhas ameaçadas de extinção pudessem escapar das redes de arrasto, evitando, assim, que se afogassem. Em janeiro de 1997, Índia, Malásia, Paquistão e Tailândia requisitaram ao OSC da OMC que estabelecesse um painel para dizer se esta limitação à importação violava a proibição das restrições quantitativas previstas no art. XI do GATT (1994). Os Estados Unidos sustentavam que as restrições às importações estariam amparadas pelas exceções das letras (b) e (g) do Artigo XX.2. do GATT 1994. Quatro espécies de tartarugas que migravam para dentro e para fora das águas pertencentes às jurisdições das partes reclamantes eram consideradas em risco de extinção, com base na Convenção para o Comércio Internacional de Espécies ameaçadas de extinção da fauna selvagem e flora, e estavam cobertas por relevante regulamentação dos Estados Unidos (1999, p.507). Portanto, os EUA restringiram a importação de camarão e produtos derivados do camarão não pescado dentro das especificidades dessa legislação, apelidada de *Turtle-friendly methods*. Em outubro de 1998, o OSC emitiu relatório provisório a favor dos Estados Unidos, acolhendo as restrições impostas por este país, de acordo com o

GATT, desde que essas medidas estivessem relacionadas com a conservação de recursos naturais esgotáveis e que as medidas fossem igualmente aplicadas à produção e consumo domésticos. Por outro lado, o relatório também concluiu que os Estados Unidos violaram o GATT na parte em que a legislação proibia a importação de certos camarões e produtos derivados de camarões que, por razões ambientais, justificavam ações arbitrárias e injustificáveis, constituindo verdadeira discriminação, uma vez que os produtos não estariam sendo pescados por navios equipados com o uso de arrastões com dispositivos que excluía as tartarugas (os chamados TEDs), comparáveis àqueles aceitáveis pelos padrões norte-americanos. Além disso, o relatório citou vários instrumentos legais ambientais internacionais, ao considerar que essas medidas de conservação caracterizadas como cooperativas entre os países, não se tratam de uma ação unilateral, embora não encerre a possibilidade de aplicação do ato norte-americano de forma unilateral. Nesse sentido, foi recomendado aos Estados Unidos que adequassem sua forma de execução das restrições em conformidade com suas obrigações na OMC, mas permitindo que os Estados Unidos determinassem exatamente como fazê-la. Portanto, o Departamento de Estado norte-americano instituiu uma ampla gama de alterações processuais para que a certificação, no âmbito do *Act 609*, se tornasse mais transparente e previsível, tudo através de programas de revisão externa. Esse posicionamento do OA revolucionou a abordagem ambiental no âmbito do OSC, na medida em que adotou um objeto extrajudicial, na justificativa do seu posicionamento. Nos três pontos revertidos do relatório do painel, aparentemente responde-se às acusações feitas ao OSC de adotar um processo tendencioso ao comércio. Shaffer argumenta que, primeiro, o OA sustentou que as regras da OMC não proíbem um painel de aceitar depoimentos de *amicus curiae*, ainda que não solicitados, submetidos por ONGs ambientais. Segundo, o OA confirmou que as medidas proibitivas dos Estados Unidos legitimamente se relacionam com a proteção de fontes naturais exauríveis, para os propósitos do Artigo XX (g). (SHAFFER, 1999, p.508).

Do ponto de vista ambiental, dois aspectos foram fundamentais para o início de consolidação de uma jurisprudência do OA coerente com as necessidades de proteção ao meio ambiente: o OA reformou o relatório do painel quanto à interpretação dada ao Artigo XX (g), no que se refere ao que seria a extensão do termo “*exhaustible natural resources*” (fontes naturais exauríveis). Com efeito, o entendimento do painel, acolhendo a tese dos reclamantes, entendeu que esse termo se referia somente a fontes não biológicas, a exemplo dos minerais. E para corroborar essa argumentação foi trazido para discussão o caso Tuna-Dolphin, ainda do tempo do Sistema de solução de controvérsias do GATT, que sustentou que o embargo ao

atum imposto pelos Estados Unidos não era prioritariamente direcionado para a preservação dos golfinhos, porque estaria direcionado a coagir outros países a modificar suas regulamentações domésticas. Por sua vez, o OA afirmou que o termo “*natural resources*” (recursos naturais) não se restringia a fontes inanimadas, mas se estendia também a espécies vivas, e que, portanto, existia suficiente nexos causal entre a migração, ameaças de extinção de populações marinhas envolvidas e os Estados. Nesse sentido, as medidas adotadas pelos Estados Unidos estariam dentro do escopo da exceção do Artigo XX (g), ou seja, estariam provisoriamente justificadas, sujeitas a aplicação do *caput* do Artigo XX.21, e não se justificava a aplicação do precedente caso *Tuna-Dolphin*. Para tanto, o OA explicou que o caso *Tuna-Dolphin* focou em uma categoria de medidas (restrições à importação baseadas em métodos produtivos estrangeiros) com características particulares da restrição de importação, opostas às do caso em questão. Assim rejeitou este tipo de análise genérica. (SHAFFER, 1999, p. 510, tradução nossa). Na verdade, o OA buscou trazer o Artigo XX do GATT 1994, que foi criado em 1947, para a contemporaneidade. Para questões que, ao tempo em que foi pensado, não abarcavam certas preocupações, as quais ainda não eram preocupações essenciais do *mainstream* das relações internacionais.

Quanto à proteção da saúde humana, o caso mais emblemático foi o caso dos Pneus retratados entre o Brasil e as Comunidades Europeias sobre a proibição brasileira às importações de pneus reformados. Em 2005, as CE solicitaram o estabelecimento de painel arbitral no âmbito do Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC para questionar as restrições do Brasil à importação de pneus reformados sob a alegação de que as medidas brasileiras restritivas à importação de pneus reformados tinham caráter protecionista e feriam os Artigos I (cláusula da Nação Mais Favorecida), III (cláusula do Tratamento Nacional) e XI (Proibição a Restrições Quantitativas) do GATT. No âmbito factual, as petições europeias foram dedicadas a três objetivos principais: a) diferenciar os pneus reformados dos pneus usados; b) equiparar os pneus reformados aos pneus novos; e, c) apresentar a reforma de pneus como prática benéfica ao meio ambiente. Em relação ao primeiro objetivo, as CE apresentaram o argumento de que, no Sistema Harmonizado (HS), pneus reformados e pneus usados estão classificados em linhas tarifárias distintas. Ainda no que tange à distinção entre reformados e usados, os europeus mencionaram o fato de os reformados serem produtos, ao passo que os usados seriam resíduos. Para alcançar o segundo objetivo, os europeus dedicaram boa parte de suas petições a discutir a durabilidade e a segurança dos pneus reformados, provavelmente persuadidos de que este seria um dos principais pontos a serem explorados pelo Brasil. Para ilustrar a confiabilidade do produto, os europeus referem-se, inclusive, ao

uso de pneus reformados em aviões. Cabe mencionar que o Brasil não contestou a durabilidade nem a segurança dos reformados. Ao defender a reforma como atividade ambientalmente correta, seu terceiro objetivo, as CE apresentaram dados como os milhões de litros de petróleo e as toneladas de borracha economizadas anualmente, devido às atividades de reforma. As CE não mencionaram, no entanto, o fato de que todos esses são benefícios apropriados exclusivamente pelo exportador de reformados, já que ao importador resta apenas o ônus de ter que lidar com quantidades adicionais de resíduos de pneus, uma vez que os pneus reformados importados não poderão ser reformados pela segunda vez no país importador. Na sua parte jurídica, as petições europeias tentaram demonstrar que as medidas brasileiras violaram regras da OMC, além de rebater as defesas que o Brasil apresentou. Entre outros argumentos, as CE sustentaram que a importação de pneus usados, por meio de medidas judiciais, neutralizaria qualquer contribuição que o banimento das importações de reformados pudesse trazer para a proteção do meio ambiente e da saúde pública nacionais. As CE reforçaram esse ponto alegando que as carcaças disponíveis no território brasileiro não eram passíveis de reforma, o que estaria por trás do enorme volume de carcaças importadas, por meio de liminares, por reformadores brasileiros. A “reformabilidade” das carcaças nacionais é juridicamente fundamental porque, do ponto de vista ambiental, um pneu reformado importado e um pneu reformado domesticamente a partir de carcaça importada são equivalentes. Outro argumento mantido pelas CE refere-se à abertura do mercado brasileiro aos pneus remoldados provenientes do MERCOSUL. As CE alegaram que essa é uma discriminação injustificável e arbitrária, capaz de descaracterizar a legitimidade da medida brasileira enquanto providência de caráter ambiental.

Nas petições e pronunciamentos do Brasil, por sua vez, foi sustentado que: a) a importação de pneus reformados acelera a geração de resíduos no país importador, uma vez que pneus já submetidos a um processo de reforma não podem ser reformados uma segunda vez; b) a acumulação de grandes quantidades de resíduos de pneus é grave ameaça ao meio ambiente e à saúde pública; c) a proibição à importação de pneus usados e reformados é a única medida capaz de impedir a geração de quantidades de resíduos de pneus além do mínimo necessário para atender as necessidades do país. Já na parte jurídica, o Brasil alegou que: a) as restrições à importação de pneus reformados são justificadas pelo Artigo XX (b) do GATT, por serem as medidas necessárias à proteção do meio ambiente e da saúde pública; b) a abertura ao MERCOSUL não representa discriminação injustificável ou arbitrária, visto que a proibição foi originalmente estabelecida *erga omnes*, e só depois de decisão do mecanismo de solução de controvérsias do MERCOSUL a exceção aos sócios foi criada; c) a abertura ao

MERCOSUL não fere o princípio da “nação mais favorecida” porque o MERCOSUL é uma união aduaneira. Como resultado, o painel, apesar de ter reconhecido a validade dos argumentos brasileiros no tocante a aspectos ambientais e de saúde pública, concluiu que a importação de pneus usados por meio de medidas liminares constitui discriminação arbitrária e injustificável. A exceção para pneus reformados do MERCOSUL, por sua vez, não constituiria restrição disfarçada ao comércio, em vista de suas reduzidas dimensões. Mas a disputa não se encerrou, pois em 03 de setembro de 2007, as CE notificaram suas intenções de apelar para o OA acerca de certas questões de direito abrangidas no relatório do painel e certas questões de interpretação desenvolvidas pelo painel. Em sua decisão o OA acolheu os entendimentos do painel de que a proibição de importação (*import ban*) poderia ser considerada necessária, levando-se em conta o art. XX (b) do GATT 1994, e que era, portanto, provisoriamente justificada sob aquele dispositivo. Contudo, reverteu o entendimento do painel, que disse que a exceção do MERCOSUL resultaria em uma proibição a importação, sendo aplicado de uma maneira que constitui discriminação injustificável e uma restrição disfarçada ao comércio internacional somente na parte que resulte em volumes de importações de pneus retratados que enfraqueceriam significativamente a realização do objetivo da proibição das importações. Reverteu também o entendimento do painel no que se refere às importações de pneus efetuadas sob liminares judiciais que resultaram na superação da proibição de importação, sendo aplicada de uma maneira que constitui uma discriminação injustificada e uma restrição disfarçada ao comércio internacional somente na parte em que estas importações ocorreram em volumes que significativamente enfraqueceriam os objetivos da proibição de importação. Assim, decidiu que as importações de pneus usadas autorizadas pelas liminares judiciais resultaram em uma aplicação das importações proibidas de forma arbitrária e de injustificável discriminação no âmbito do *caput* do art. XX do GATT 1994. O OA acolheu, não obstante por diferentes razões, o entendimento do Painel, de que a proibição das importações não seria justificada pelo Art. XX do GATT. Em 17 de dezembro de 2007, o DSB adotou o relatório do OA e do Painel, com as modificações feitas no relatório do OA. A implementação da decisão do OA necessitava atuação em duas esferas domésticas brasileiras, sendo que uma delas não era exatamente apenas doméstica, pois envolvia a decisão do Tribunal Arbitral do MERCOSUL, que autorizou a manutenção da importação dos pneus via Uruguai e Paraguai, criando-se um regime comum para pneus reformados e recauchutados.⁸ As razões para tal decisão são muito

⁸ No âmbito do Mercosul, existe a permissão de importação do pneu chamado de “remoldado”, que viola o princípio do “tratamento privilegiado”, tornando-se, portanto, uma clara discriminação, ofensiva às regras da

mais de natureza política do que efetivamente jurídica, pois uma proibição dessa natureza comprometeria ainda mais o processo de integração que se constrói (mas que, no momento, encontra-se em profunda estagnação). Nesse sentido, foi necessário, nessa fase do processo, no âmbito do OSC, um acordo com a União Europeia que permitisse ao Brasil fixar um prazo além do “razoável”⁹. Em janeiro de 2008, portanto, buscando evitar que o processo caminhasse para retaliações, o Brasil fechou um acordo com a União Europeia, ganhando, assim, tempo para promover as implementações necessárias.

No âmbito doméstico brasileiro, a solução encontrada para aplicação da decisão do OSC foi através de uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental no STF. A escolha pela ADPF para proibir as liminares proferidas por instâncias inferiores está relacionada com uma questão processual constitucional relativa à própria natureza jurídica da discussão, que é, essencialmente, como argumentou a União, derivada do princípio da subsidiariedade, dentro dos instrumentos de controle concentrado de constitucionalidade, sendo *“este o único apto a provocar ‘solução eficaz e definitiva’(p.59)”* A ADPF visou suspender os efeitos das decisões judiciais que autorizaram a importação de pneus usados e sustar a tramitação dos feitos judiciais em que se discute a matéria, inclusive das decisões judiciais transitadas em julgado. Uma série de argumentos importantes relativos à proteção ao meio ambiente e à saúde pública foi trazida à baila, como validade da determinação de proibição, pelo SECEX de importação de material usado, e dos problemas ambientais gerados pela entrada dos pneus, conforme relatório do CONAMA. Além disso, foi trazida para apreciação da Suprema Corte a motivação para a ADPF, qual seja a proibição de importação de pneus usados como matéria-prima, que seria uma espécie de barreira comercial que vedaria a importação de pneus reformados. E, apesar da OMC não ter acolhido as alegações da União europeia, determinou que fosse comprovada a efetiva aplicação das normas brasileiras, o que passou necessariamente pela eficácia da jurisdição brasileira em fazê-las valer, sob pena de o Brasil vir a ser obrigado a permitir a entrada de pneus reformados provenientes de importações de toda a Europa, que, na época, detinha um passivo de pneus usados da ordem de 2 a 3 bilhões de unidades. Isso, por sua vez, abriria uma temível oportunidade de receber pneus usados do mundo inteiro, inclusive dos Estados Unidos da América, que também possuem um volume em torno de três bilhões de dólares. Vale ressaltar que *“a importação de pneus usados também tem o indisfarçado objetivo de dar solução ao grande número de pneus*

OMC.

⁹ O OA determinou que o Brasil teria 11 meses, contados da data da aprovação do relatório, para proibir as liminares judiciais que permitiam a entrada dos pneus de certos importadores e modificar sua relação quanto aos pneus que vinham do Uruguai. O prazo se encerrava em 17 de dezembro, o que não ocorreu.

velhos produzidos anualmente pela Comunidade Europeia, estimada em 80 milhões de unidades - e daí não se estranhe o contencioso provocado pela União Europeia contra o Brasil junto à Organização Mundial do Comércio - OMC” (fl. 33) (BRASIL. STF. ADPF no 101-3. Relator Ministra Cármen Lúcia, 2006). Portanto, eram irrefutáveis os argumentos apresentados, uma vez que nem o argumento de que a proibição da importação dos pneus usados prejudicava o setor de reforma de pneus era sustentável, como ficou demonstrado, pois o passivo doméstico de pneus usados, que gira em torno de cem milhões, representa a matéria-prima necessária para a indústria de reforma de pneus. Além disso, refutou-se também o argumento de que o pneu importado seria supostamente superior em termos de opção comercial, dada sua lucratividade, pois esse fato não foi confirmado pelo próprio órgão de proteção técnica do consumidor, o INMETRO. Ao final, concluiu a Ministra Carmen Lúcia que a demanda cuidava de lesão a preceito fundamental causada por atos concretos do Poder Público, representados pelas decisões judiciais a que se fez referência, o que as ações diretas de constitucionalidade ou inconstitucionalidade não estariam aptas a fazer, tendo em vista não estarem dispostas pela lei a cuidarem de lesões concretas aos direitos constitucionalmente protegidos (fl. 53). A Ministra considerou que o ponto crucial da ADPF seria determinar se as decisões judiciais que vêm permitindo a importação de pneus usados de países externos ao MERCOSUL representam descumprimento dos preceitos fundamentais referidos, assinalando ser imprescindível uma pacificação da matéria, principalmente em razão do contencioso ocorrido no âmbito da Organização Mundial do Comércio – OMC. A Ministra pautou sua argumentação em estudos sobre a utilização e reciclagem de pneus, demonstrando as consequências para o meio ambiente e para a saúde geradas pelos mesmos, as quais resultam em total desatendimento às diretrizes constitucionais. Salientou a devida observação ao princípio da precaução e a impropriedade de se pretender que os benefícios financeiros auferidos com a reciclagem para produção de asfalto ou para utilização pela indústria cimenteira, com preços industriais a menor, possam sobrepor-se a um preço social sempre a maior. Frisou o direito à saúde.

Quanto à exceção relativa às importações de pneus remoldados dos países membros do MERCOSUL, determinadas pelo Tribunal Arbitral, a relatora considerou que a União Europeia vinha se aproveitando das brechas na legislação ou das levantadas pelas liminares do judiciário para descartar o seu passivo ambiental, consistente em 2 a 3 bilhões de unidades de pneus inservíveis. Salientou ainda que, acolhida a pretensão da UE pela OMC, o Brasil estaria obrigado a receber este lixo ambiental de toda a Europa. Considerando suficiente a exposição das dificuldades presentes na decomposição e armazenamento destes bens, o baixo percentual

de aproveitamento para fins de recauchutagem (de apenas 40%), constituindo-se o restante em lixo, a propagação de doenças pelo descarte a céu aberto, a toxicidade de sua incineração, a relatora afirmou ter sido demonstrado o risco para o ambiente e para a saúde pública, bem como a inviabilidade da importação de pneus usados. Quanto ao argumento de ofensa ao princípio da livre concorrência e da livre iniciativa, rebateu a relatora que, ante a possibilidade de se atribuir um peso ou valor jurídico a estes princípios e sopesá-los com os princípios da saúde e do meio ambiente ecologicamente equilibrado, preponderaria a proteção às atuais e futuras gerações, que estão ao abrigo dos últimos. Concluiu ela afirmando que as autorizações judiciais à importação de pneus usados ou remoldados teriam afrontado os preceitos constitucionais da saúde e do equilíbrio ecológico e, especialmente, a soberania nacional e a defesa ambiental, bem como o preceito fundamental do livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei, todos expressos no art. 170, I e VI, e seu parágrafo único, da Constituição Federal. A relatora confirmou também a afronta aos arts. 196 e 225 da Carta Magna.

É interessante observar, nesta decisão, a dimensão social que o processo jurídico tomou, tanto que nessa primeira decisão da Ministra Cármen Lúcia foi determinada uma audiência pública, posterior ao proferimento de seu voto, convocada por ela mesma, o que vem a corroborar o efeito sistêmico que as decisões do OSC da OMC promovem. É a integração da jurisdição internacional com a jurisdição nacional em prol da melhor e mais justa decisão possível, dentro da proposta da ADPF.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se percebe nas decisões analisadas é que, como as decisões do OSC passaram por um processo de construção deliberativa que envolveu não só as partes interessadas, mas todos os membros da OMC, os resultados obtidos resultam em um efeito *spillover* do direito ambiental dentro do regime de comércio da OMC.

As decisões do sistema de solução de controvérsias da OMC apresentam consistência e validade na forma de uma jurisdição internacional e na capacidade de influir direta ou indiretamente na aplicação do direito ambiental. Nesse sentido, verificou-se a norma excepcional instituída no GATT, desde a sua gênese, para a garantia e a proteção do meio ambiente, da saúde humana, da natureza e dos animais (Artigo XX do GATT 1947, incorporado ao GATT 1994), serviria como uma forma eficaz de aplicação das normas ambientais domésticas em um contexto internacional. Além disso, buscou-se a validade do próprio direito ambiental, visto de maneira holística e não somente de forma separada a partir de sua vertente doméstica ou internacional. Nesse sentido, as decisões da OMC demonstraram

que as regras relativas ao meio ambiente e à proteção à saúde humana, animal e vegetal são, em geral, criadas isoladamente no âmbito de cada Estado e estendidas para o âmbito internacional a partir de medidas restritivas ao comércio internacional. Isso demonstra que, apesar de todos os esforços empreendidos nas cimeiras internacionais para o meio ambiente, a eficácia na implementação dos resultados alcançados e consolidados nos documentos finais é ainda muito limitada, mesmo que promovam o debate e levantem questões importantes, isto que não se pode olvidar, evidentemente. Entretanto, as ações efetivas de proteção ao meio ambiente, por tratar-se, no âmbito internacional, de um direito de cooperação, nem sempre alcançam os resultados esperados. Assim, quando um Estado impõe uma medida restritiva ao comércio, em defesa de uma questão ambiental, ele está (se não estiver incorrendo obviamente em uma injustificável discriminação) atuando na defesa do meio ambiente.

Foi verificado também que, no início, o sistema do GATT aplicou a regra de seu art. XX de forma tímida e com grande cunho político, como ocorreu no caso atum/golfinhos, em que a decisão final do painel, não chegou a ser implementada e a restrição comercial norte-americana à importação do atum permaneceu. Porém, o sistema foi evoluindo, principalmente no âmbito do OA, **que compreendeu a questão ambiental como algo a ser tutelado da forma mais ampla possível.** Nesse sentido, ao invés de pedir ao Estado que retirasse a medida ambiental que estava sendo usada como uma discriminação injustificável, nas decisões mais recentes, a legislação doméstica ambiental foi mantida, desde que se aplicasse de forma equitativa tanto no âmbito doméstico como no internacional. Isso porque, se a norma ambiental doméstica é boa, embora mal aplicada, ela deveria subsistir e servir como modelo e orientação para os demais países. Finalmente, demonstrou-se que a força das decisões do referido órgão é derivado da própria estrutura de formação da decisão final do órgão acerca de uma controvérsia, pois toda decisão é resultado de uma ação deliberativa conjunta de todos os membros. Do contrário, a decisão não chega sequer a ser implementada. Tem-se, portanto, um efeito *spillover* da decisão. Os Estados litigam, o órgão resolve. Isso se reflete no comportamento de todos (ou quase todos), pois o resultado do litígio é paradoxalmente benéfico e negativo para aquele que legitimou a decisão, mas age de maneira contrária. Podemos chamar de um *constrangimento soft* da decisão do OSC, ou seja, persuasivo, mas não coercitivo. Portanto, o regime do GATT e, posteriormente, da OMC, que transformou a estrutura em algo complexo e interdependente, transformou também as relações dos Estados com a estrutura; além de permitir a participação de diversos outros atores na construção da solução de controvérsias, para se alcançar um melhor resultado. Isso, portanto, pode ser muito útil para o regime do meio ambiente internacional, uma vez que este ainda está

longe de alcançar o grau de interdependência necessária para promover a cooperação. As cimeiras ambientais são extremamente úteis, pois colocam em constante debate as necessidades imediatas de promoção da cooperação entre estados no âmbito ambiental. Contudo, resultados práticos têm sido muito baixos ou quase inexistentes. Diante disso, a questão ambiental tratada no âmbito da OMC possibilita que se utilize aquilo que está sendo feito apenas no âmbito doméstico dos Estados para transbordar as fronteiras e promover a extensão da obrigatoriedade de utilização de uma legislação ambiental doméstica boa e eficiente para outros estados envolvidos na mesma questão.

Em última análise, foi possível perceber uma certa coerência e um padrão de comportamento do Órgão de Apelação que sempre busca a aplicação da norma excepcional do art. XX quando a matéria assim requer, mas não se deixa influenciar exclusivamente pela necessidade da proteção ambiental. Portanto, o OA foi construindo paulatinamente uma interpretação relativamente eficiente do art. XX do GATT 1994, não permitindo excessos no seu uso, mas, sobretudo, não o tornando inútil no contexto global das regras da OMC.

BIBLIOGRAFIA

- BETHLEHEM, Daniel et al. **The Oxford handbook of international trade law**. New York: Oxford University Press, 2009.
- BOSSCHE, Peter Van den. **The law and policy of the World Trade Organization: text, cases and materials**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADPF nº 101-3**. Relator Ministra Cármen Lúcia, 25/09/2006. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADPF&s1=101&processo=101> Acesso em: 24 jul 2009.
- BULL, Hedley. **A sociedade anárquica**. Brasília: Ed. UnB, 2002.
- BUSCH, M. L.; REINHARDT, E. The evolution of GATT/WTO dispute settlement. In: CLOUGH, M. The WTO dispute settlement system: a practitioner perspective. **Fordham International Law Journal**, v. 24, n. ½, p. 252–274, 2001.
- DERANI, Cristiane. **Direito ambiental econômico**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- DINIZ, Eugênio. Realismo, institucionalismo liberal e a inserção internacional do Brasil: uma agenda de pesquisa empírica. *in*: ESTEVES, Paulo Luiz. (Org.). **Instituições internacionais: segurança, comércio e integração**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2003.
- EECKHOUT, Piet. The EU and its member states in the WTO: issues of responsibility. In: BARTELS, Lorand; ORTINO, Federico. **Regional trade agreements and the WTO legal system**. New York: Oxford University Press, 2006.
- ESTY, Daniel C. Bridging the trade-environment divide. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 15, n. 3, p. 113-130, Summer 2001. Disponível em: <<http://www.tfasinternational.org/aipe/readings/estyontrade.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2009.
- GALLAGHER, Peter. **The first ten years of the WTO. 1995-2005**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005
- GEHRING, Markus W.; SEGGER, Marie-Claire Cordonier (Ed.). **Sustainable development in world trade law**. The Hague: Kluwer Law International, 2005.
- GEORGIEV, Dencho; BORGHT, Kim Van der. **Reform and development of the WTO dispute settlement system**. London: The Good News Press. Cameron, 2007.
- GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Direito ambiental**. São Paulo: Atlas, 2009.

GRAY, Kevin R. Brazil: Measures Affecting Imports of Retreaded Tyres. **The American Journal of International Law**, v. 102, n. 3, p. 610-616, Jul. 2008. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20456648>>. Acesso em: 12/09/2010.

HERZ, Mônica. HOFFMANN, Andreia Ribeiro. **Organizações Internacionais. Histórias e Práticas**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

HUDEC, R. E. The adequacy of WTO dispute settlement remedies: a developing country perspective. In: HOEKMAN, B.; MATTOO, A; ENGLISH, P. **Development, trade and the IRWIN**, Douglas A.; MAVROIDIS, C. Petros; SYKES, Alan O. **The genesis of the GATT**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

JACKSON, John H. International law status of WTO dispute settlement reports: obligation to comply or option to "buy out"? **The American Journal of International Law**, v. 98, n. 1, p. 109-117, Jan. 2004.

JACKSON, John H. **The jurisprudence of GATT and the WTO: insights on treaty law and economic relations**. Cambridge: Cambridge University Press. 2002

JANOW, Merit E.; DONALDSON, Victoria; YANOVICH, Alan (Ed.) **The WHO: governance, dispute settlement & developing countries**. New York: Juris Publishing, 2008.

KEHOE, Timothy. A review of Mexico's trade policy from 1982 to 1994. **The World Economy: Global Trade Policy**, v. 18, p. 135-151, 1995.

KEOHANE, Robert O. **After hegemony: cooperation and discord in the world political economy**. Princeton: Princeton University Press, 1984.

KRATOCHWIL, Friedrich Viktor. **Rules, Norms and Decisions, On the Conditions of Practical and Legal Reasoning in International Relations and Domestic Society** (Cambridge, England: Cambridge University Press, 1989), Paperback edition March, 1995.

KRATOCHWIL, Friedrich Viktor. "Constructivism what it is (not) and how it Matters", in Donatella della Porta, Michael Keating (eds.), **Approaches and Methodologies in the Social Sciences** (Cambridge: Cambridge University Press, 2008): 80-99.

KRATOCHWIL, Friedrich Viktor. "Constructivism as an Approach to Interdisciplinary Study", in: Karin M. Fierke/Knud Erik Joergensen (eds.), **Constructing International Relations, the next generation** (Armonk, N.Y./London: M.E. Sharpe, 2001), pp. 13-35.

KRASNER, Stephen D. **International regimes**. Ithaca: Cornell University Press. 1983.

MARCEAU, Gabrielle. Consultations and the panel process in the WTO dispute settlement system. In: YERXA, Rufus; WILSON, Bruce. **Key issues in WTO dispute settlement. the first ten years**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005

MARTIN, Will; WINTERS, L. Alan. **The Uruguay Round and the developing countries**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MAVROIDIS, Petros. Surveillance schemes: the GATT's new trade policy review mechanism. **Michigan Journal of International Law**, v. 13, n. 2, p. 374-414, 1992.

PALMETER, David; MAVROIDIS, Petros. **Dispute settlement in the World Trade Organization; practice and procedure**. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

PARSON, Eduard A.; OWEN, Greene. The complex chemistry of the international ozone agreements. **Environment**, v. 37, n.2, p. 16-20, 35-43, Mar. 1995.

PAUWELYN, Joost. **Conflict of norms in public international law: how WTO relates to other rules of international law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006

PAUWELYN, Joost. The transformation of world trade. **Michigan Law Review**, v. 104, Oct. 2005. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/30044497>> Acesso em 19 abr. 2009.

QURESHI, Asif H. **Interpreting WTO agreements: problems and perspectives**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

RUGGIE, John. *In International Regimes, Transactions, and Change: Embedded Liberalism in the Postwar Economic Order,* *International Organization*, 36 (Spring 1982);

RUGGIE, John. *in* "International Organization: A State of the Art on an Art of the State" (with Friedrich Kratochwil), *International Organization*, 40 (Autumn 1986);

SACERDOTI, Giorgio. The dispute settlement of the WTO in action: a perspective on the first ten years. In: SACERDOTI, Giorgio; YANOVICH, Alan; BOHANES, Jan. **The WTO at ten: the contribution of the dispute settlement system**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

SANDS, P. International environmental law from Stockholm to Rio: back to the future? In: SHAFFER, Gregory. United States-import prohibition of certain shrimp and shrimp products. **The American Journal of International Law**, v. 93, n. 2, p. 507-514, Apr. 1999. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stOAl/2998005>>. Acesso em: 12 set. 2010.

STOLL, Peter-Tobias; SCHORKOPF, Frank. **WTO. World economic order: world trade law**. Leiden: Martinus Nijhoff, 2006.

THORSTENSEN, Vera. **Organização Mundial do Comércio: Aas regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais**. São Paulo: Aduaneiras, 2005.

TREBILCOCK, Michael J.; HOWSE, Robert. **The regulation of international trade**. 3rd ed. New York: Routledge, 2005.

UNITED NATIONS. **Action plan for the human environment**: United Nations Conference on the Human Environment. Stockholm: United Nations, 1972.

VAN DAMME, Isabelle. **Treaty interpretation by the WTO appellate body**. New York: Oxford University Press, 2009.

VARELLA, Marcelo Dias. **Direito internacional econômico ambiental**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

VRANES, Erich, **Trade and the environment: fundamental issues in international law, WTO law, and legal theory**. New York: Oxford University Press, 2009.

WALTZ, Kenneth Neal. **Theory of international politics**. New York: McGraw Hill. 1979.

WIENER, Antje; DIEZ, Thomas. **European theory**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

WIRTH, David A. European communities-measures affecting asbestos and asbestos-containing products. **The American Journal of International Law**, v. 96, n. 2, p. 435-439, Apr. 2002. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2693937>>. Acesso em: 12/09/2010.

WORLD TRADE ORGANIZATION. **Appellate body repertory of reports and awards 2008**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

WORLD TRADE ORGANIZATION. **European communities: measures affecting asbestos and asbestos-containing products**. Geneva: WTO, 2001. (WT/DS135/AB/R).

WORLD TRADE ORGANIZATION. **General exceptions: article XX of the GATT 1994**. Disponível em: http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/repertory_e/g3_e.htm#G.3.3.1 Acesso em: 20/01/2009.

WORLD TRADE ORGANIZATION. **The legal texts. the results of the Uruguay round of multilateral trade negotiations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

WORLD TRADE ORGANIZATION. **The WTO dispute settlement procedures**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

WORLD TRADE ORGANIZATION. **United States: standards for reformulated and conventional gasoline**. Geneva: WTO, 1996. (WT/DS2/9). Disponível em: <http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/2-9.pdf> Acesso em 13/08/2010.

YERXA, Rufus; WILSON, Bruce. **Key issues in WTO dispute settlement: the first ten years**. Cambridge: Cambridge University Press. 2005

ZONNEKEYN, Geert A. **Direct effect of WTO law**. London: The Good News Press. Cameron May International Law & Policy, 2008.